



A ACADEMIA BERNARDINA

Bernardo Cabral foi homenageado por um grupo de seguidores. Por Paulo Alonso, **página 2**



DEMOCRACIA EM PERIGO

Os contestados decretos de Donald Trump são verdadeira ameaça. Por Bayard Boiteux, **página 3**



ALERJ E A EDUCAÇÃO NO TRÂNSITO

Título sugerido: 'Pé na faixa, pedestre seguro'. Por Sidnei Domingues e Sérgio Braga, **página 4**

Com ou sem Pix, melhor é sair da informalidade

Antes de serem revogadas pelo Ministério da Fazenda, as novas regras relacionadas ao monitoramento do Pix geraram uma série de dúvidas na população brasileira, especialmente entre os pequenos empreendedores e trabalhadores autônomos, que temiam pagar mais impostos ao receber pelos seus serviços.

Kályta Caetano, líder de Contabilidade da plataforma de gestão MaisMei, garante que a medida não significava taxar o Pix, mas esclarece que, mesmo com a revogação, os trabalhadores informais podem pagar uma carga tributária mais alta, sendo a formalização como microempreendedor individual (MEI) o melhor caminho para que os autônomos evitem tributos desnecessários no futuro.

“Em primeiro lugar, o que foi proposto é uma prática global que permitiria à Receita Federal cruzar dados de todas as instituições financeiras para identificar possíveis divergências quando um contribuinte faz sua declaração de Imposto de Renda”, esclarece.

“Isso já era aplicado aos bancos tradicionais. No caso dos MEIs, a carga tributária já é definida e paga mensalmente através do DAS (Documento de Arrecadação do Simples Nacional). Ou seja, se um trabalhador autônomo está formalizado nesse regime, ele não pagará mais impostos, desde que também não ultrapasse o seu limite de faturamento anual, atualmente em R\$ 81 mil. Já o trabalhador informal não tem essa segurança”, explica Kályta.

“É importante destacar que, desde o seu lançamento, o Pix sempre foi monitorado pela Receita Federal, ao contrário do que muitos divulgaram de forma errônea. O que a IN propunha era apenas a ampliação da fiscalização, incluindo as fintechs e outros bancos digitais que não estavam sob a vigilância da Receita”, explica Richard Domingos, diretor executivo da Confirp Contabilidade.

A revogação da IN prejudica a capacidade de fiscalização do governo, pois, sem o monitoramento das fintechs e outras instituições digitais, a Receita Federal não consegue cruzar os dados financeiros e identificar transações suspeitas, explica a Confirp. Isso abre espaço para que organizações criminosas, doloiros e outros agentes ilegais se utilizem dessas plataformas para transações fraudulentas, dificultando o rastreamento por parte das autoridades.

Em 2 anos, governo Lula privatizou mais rodovias que Bolsonaro em 4

Previsão é de mais 15 concessões rodoviárias em 2025

O governo Lula fez, em dois anos (2023 e 2024), nove leilões de concessão rodoviárias. O governo Bolsonaro fez seis em quatro anos. “A atual gestão já fez, em dois anos, mais que a gestão passada. Só que, este ano, nós vamos fazer 15, em 2025. Nossa expectativa é passarmos de 40 leilões de concessão rodoviária”, declarou o ministro Renan Filho, dos Transportes.

Renan Filho participou, nesta quinta-feira, do programa *Bom Dia, Ministro*. Ele ressaltou a importância da assinatura da concessão da BR-381/MG, realizada nesta quarta-feira. Conhecida como “Rodovia da Morte”, liga São

Paulo a Belo Horizonte e termina no Espírito Santo.

“Essa concessão é importante, porque foi tentada várias vezes em outros governos. São R\$ 10 bilhões em 300 quilômetros. Para efeito comparativo, o orçamento do Ministério dos Transportes inteiro é de R\$ 20 bilhões com recursos públicos”, destacou o ministro.

No início do ano, a Bolsa de Valores B3 fez um balanço dos leilões de privatização e concessão realizados na Bolsa em 2024. Foram 64, nos quais 83 ativos públicos foram privatizados (alienados ou concedidos à iniciativa privada), gerando R\$ 186 bilhões em

investimentos.

O resultado é recorde em termos de número de leilões na B3 e em valores, superando por larga margem a marca de 2022, no governo Bolsonaro. Na ocasião, foram 50 leilões concretizados e R\$ 113,9 bilhões em investimentos. Os leilões incluem bens do Governo Federal, dos estaduais e dos municipais.

A privatização de rodovias se destacou em 2024. Foram dez leilões, sendo sete do Governo Federal e três do Estado de São Paulo. Ao todo, foram contratados R\$ 106,6 bilhões em investimentos e concedidos cerca de 4 mil quilômetros de rodovias.

Arquivo/ABR



Previdência Social completa 102 anos

Nesta sexta-feira, a Previdência Social completa 102 anos. Fundada em 24 de janeiro de 1923, como Caixa de Aposentadoria e Pensões, por meio da chamada Lei Elói Chaves, incluía inicialmente trabalhadores das empresas de estradas de ferro e seus familiares. Ao passar dos anos, outras categorias foram incluídas, até chegar à universalidade. Na data também é celebrado o Dia Nacional do Aposentado, instituído pela Lei 6.926 de 1981.

Segundo a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Previdência Social não apenas assegura o bem-estar de milhões de brasileiros, mas também atua como um instrumento de justiça social, mitigando disparidades econômicas e promovendo dignidade.

“Podemos dizer, sem dúvida, que a Previdência Social é a mais importante política de proteção social do Brasil e um poderoso instrumento de desenvolvimento nacional”, afirmou, em entrevista à CUT, Victor Pagani, diretor-técnico adjunto do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese).

A Previdência Social completa 102 anos pagando mais de 40,4 milhões de benefícios, considerando o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e os benefícios assistenciais. Isso representa uma transferência de mais de R\$ 77,3 bilhões em benefícios por mês. A maior parte desses benefícios (67,4%) são no valor de um salário-mínimo. Os dados, do Ministério da Previdência Social, são de setembro de 2024 (últimos disponíveis).

Considerando somente o RGPS, são pagos cerca de 34,1 milhões de benefícios, sendo 23,4 milhões de aposentadorias (considerando aquelas por incapacidade permanente), 8,5 milhões de pensões e 1,6 milhão de benefícios por incapacidade temporária (antigo auxílio-doença) – já considerando os acidentários. Além disso, são pagos mais 520 mil outros tipos de auxílios e 91 mil benefícios de salário-maternidade.

O Regime Geral de Previdência Social possui mais de 60,7 milhões de contribuintes. Desse total, 44,9 milhões são empregados e 13,4 milhões, contribuintes individuais. Os trabalhadores domésticos somam 1,2 milhão, e os facultativos, 1,1 milhão. Os dados são de 2023 (mais recentes disponíveis).

Estudo da KPMG mostra os perigos do greenwashing

Pesquisa sobre divulgações de ações climáticas realizada pela consultoria KPMG revela que 72% dos consumidores querem reduzir seu impacto ambiental, mas podem estar sendo ludibriados pelas empresas: 40% das divulgações ecológicas europeias foram consideradas completamente sem fundamento.

Na publicação *The Challenge of Greenwashing*, são destacados os perigos relacionados a declarações climáticas não fundamentadas, possibilitando a ocorrência de riscos legais e outros relacionados à compliance e à reputação.

“A falta de integração entre as práticas, sistemas de gestão eficientes e comunicação interna e externa gerou a tempestade perfeita, culminando em empresas fazendo declarações nem sempre apoiada por evidências: o chamado greenwashing”, adverte a KPMG.

De acordo com o levantamento, 69% dos CEOs (executivos líderes) se adaptaram à linguagem e terminologia relacionada a assuntos climáticos; e 66% dos CEOs admitem que não estão preparados para o escrutínio dos parceiros (stakeholders).

“Nos últimos anos, consumidores, investidores, legisladores e o público geral passaram a exigir cada vez mais que as corporações tenham compromisso com a sustentabilidade, levando empresas a adotarem princípios alinhados com um desenvolvimento sustentável e a realizarem frequentes divulgações de suas práticas, especialmente em relação à mudanças climáticas”, explica a KPMG.

COTAÇÕES

Dólar Comercial	R\$ 5,9283
Dólar Turismo	R\$ 6,1380
Euro	R\$ 6,1750
Iuan	R\$ 0,8130
Ouro (gr)	R\$ 526,42

ÍNDICES

IGP-M	0,94% (dezembro)
	1,30% (novembro)
IPCA-E	
	RJ (dezembro) 0,36%
	SP (dezembro) 0,36%
Selic	12,25%
Hot Money	0,63%

Bernardo Cabral inspira criação da Academia Bernardina

Por Paulo Alonso

José Bernardo Cabral, aos 92 anos, continua sendo um homem de grande destaque e importância na vida pública brasileira e, certamente, seu nome está definitivamente gravado na História da República, por ter sido o relator-geral da Constituinte, quando, em 5 de outubro de 1988, o presidente da Câmara dos Deputados, Ulysses Guimarães, ao lado do Presidente da República, José Sarney, e do presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Rafael Mayer, a promulgou, na presença de senadores da República, deputados federais e de diplomatas sediados, em Brasília, representando os vários países com os quais o Brasil mantém ligações de amizade e laços de cooperação bi e multilaterais.

Naquele momento, Ulysses, de pé, bradou: “Declaro promulgada a Constituição da República Federativa do Brasil. O documento da liberdade, da dignidade, da democracia, da justiça social do Brasil. Que Deus nos ajude para que isso se cumpra!” O novo documento tornou-se, na realidade, símbolo do processo de redemocratização nacional, restabelecendo a inviolabilidade de direitos e instituindo preceitos progressistas, como liberdade de expressão, criminalização do racismo e proibição da tortura.

Para que o seu legado e trajetória profissional possam ser eternizados, um grupo de seguidores dos princípios e dos valores de Bernardo Cabral resolveu fundar a Academia Bernardina, instalada no último dia 17 de janeiro, em sessão solene, na Confederação Nacional de Comércio de Bens, Serviços e Turismo, onde Bernardo Cabral, Patrono da Academia recém-fundada, atua como Consultor Jurídico

da Presidência há mais de 20 anos.

Esse elenco de homens de notório saber é constituído pelo jurista Antonio Celso Alves Pereira, ex-reitor da Uerj; acadêmico Arno Wehling, da Academia Brasileira de Letras; professor Francisco do Amaral Neto, presidente da Academia de Letras Jurídicas do Brasil; empresário José Roberto Tadros, presidente da Confederação Nacional de Comércio de Bens, Serviços e Turismo; desembargador Marcus Faver, ex-presidente do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro; embaixador Marcus de Azambuja; jornalista Maurício Dinepi, ex-presidente dos Diários Associados; Sydney Sanches, presidente do Instituto dos Advogados Brasileiros e este articulista.

Ex-ministro foi homenageado por um grupo de seguidores

Todos foram chamados, por suas qualificações intelectuais, ética e compromissos com os valores Bernardinos, a integrar a Academia Bernardina, na condição de acadêmicos fundadores. A presidência de Honra coube ao advogado José Roberto Tadros e a executiva ao acadêmico Arno Wehling. A nova entidade foi inaugurada por 10 acadêmicos e, a partir de agora, caberá ao Patrono Bernardo Cabral convidar outros que, comungando com a sua trajetória de vida e respeitando os seus valores jurídicos e humanísticos, possam vir a integrá-la.

Bernardo Cabral, verdadeiro Estadista da República, continuará sendo sempre uma referência, sobretudo para os que militam na advocacia e que lutam pela democracia. Em sessão solene, no dia 18 de dezembro último, o Instituto dos Advogados Brasileiros prestou-lhe reverência,

em comemoração aos seus 70 anos ininterruptos como advogado.

Bernardo Cabral é luz e sabedoria; é bússola; é orientação constante por sua experiência; é exemplo de integridade; é inteligência lúcida e brilhante. Bernardo Cabral atuou na Constituinte como alguém que usou da sua sabedoria para dar ensejo a sua humildade e dizer que a constituição não é um presente do governo para a sociedade, mas que a Constituição é uma conquista do povo brasileiro.

Bernardo Cabral não está sendo homenageado, com a criação da Academia Bernardina, somente pelo fato de ter sido relator da Constituinte, mas pelo exemplo de vida, de honradez e das construções de pontes que sempre ergueu para um Brasil mais próspero e digno. Sua trajetória é verdadeiramente inspiradora.

Em 1950, trabalhou no jornal *A Crítica*, como revisor e redator, e se formou em Ciências Contábeis e em Psicologia. Bacharelou-se, em 1954, pela Faculdade de Direito da Universidade do Amazonas, e iniciou, em seguida, sua carreira profissional como solicitador no Tribunal do Júri de Manaus para acusar o assassino de seu irmão, de 17 anos. De setembro de 1955 a março de 1956, foi promotor substituto na comarca de Itacoatiara, no Amazonas, e, embora aprovado, nesse último ano, para Promotor de Justiça, não quis exercer a função e retornou à advocacia.

Em 1957, foi chefe de polícia do Amazonas e, no ano seguinte, secretário de Estado do Interior e Justiça, no governo de Plínio Coelho (1955-1959), do PTB. Ainda em 1958 deixou o cargo de editor no jornal *A Crítica* e formou-se em Psicologia e em Serviço Social.

Entre 1959 e 1960 foi chefe do Gabinete Civil do

governo de Gilberto Mestrinho (1959-1963), também à época do PTB, e, em 1961, exerceu as funções de procurador jurídico e fazendeiro.

Na política, iniciou carreira em outubro de 1962, como deputado estadual, o mais votado em seu estado, na legenda do PTB. Entre 1964 e 1965 foi também conselheiro da seção do Amazonas da Ordem dos Advogados do Brasil.

Após o nefasto Golpe Militar de 31 de março de 1964, que depôs o presidente João Goulart (1961-1964), com a extinção dos partidos políticos pelo Ato Institucional nº 2 (27/10/1965) e a posterior instauração do bipartidarismo, filiou-se ao Movimento Democrático Brasileiro, partido de oposição ao regime militar.

No pleito de novembro de 1966 foi eleito deputado federal pelo partido. Assumindo sua cadeira na Câmara dos Deputados, em fevereiro de 1967, tornou-se vice-líder da bancada a partir de março e foi escolhido pelo Comitê de Imprensa da Câmara como um dos dez melhores deputados do ano.

Em fevereiro de 1969 teve seu mandato cassado e seus direitos políticos suspensos por dez anos com base no Ato Institucional nº 5, de dezembro de 1968. No mesmo mês deixou a Faculdade de Direito, transferindo-se, em seguida, para o Rio de Janeiro, onde passou a atuar como conselheiro seccional da OAB.

Membro do Instituto dos Advogados do Brasil, a partir de 1972, em 1974 tornou-se conselheiro federal da OAB. Em abril de 1977 foi eleito secretário-geral da OAB, na presidência de Eduardo Seabra Fagundes.

Na eleição de 1º de abril de 1981 derrotou José Paulo Sepúlveda Pertence para presidente do Conselho

Federal da OAB. Foi em sua gestão que o Conselho Pleno da OAB decidiu, por unanimidade, lutar pela revogação da Lei de Segurança Nacional, que fora responsável pela perseguição de jornalistas, de parlamentares, de trabalhadores e de estudantes.

Bernardo Cabral filiou-se ao PMDB e, no pleito de novembro de 1986, foi eleito deputado à Assembleia Nacional Constituinte pelo Amazonas, com 41 mil votos, a maior votação do Estado.

Ex-senador e ex-deputado, foi relator-geral da Constituinte

Bernardo Cabral foi nomeado ministro de Estado da Justiça, em 1990, no Governo Collor de Mello. No pleito de outubro de 1994, Cabral foi eleito com 275.652 votos, tendo sido o senador mais votado do Amazonas. Em março ainda de 2001, Bernardo Cabral foi eleito presidente da Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal. À frente da mais importante Comissão da Câmara Alta, o senador Bernardo Cabral se dedicou a temas da mais alta relevância do país, como a situação dos recursos hídricos e, naturalmente, aos problemas relacionados à Amazônia, sua sustentabilidade econômica e sua preservação.

Bernardo Cabral é membro efetivo do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas; do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil; membro efetivo da Association Internationale des Juristes Democrates; da Academia Internacional de Direito Comparado; fundador do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Amazonas e das Associações Amazonense e Brasileira de Imprensa; além de ter sido professor da Faculdade de

Direito do Centro Universitário de Brasília; presidente da Associação Municipal dos Advogados para as Américas; e Presidente da World Jurist Association, Washington.

É titular da Academia Amazonense de Letras, da Academia de Ciências e Letras Jurídicas do Amazonas, da Academia de Letras do Brasil, da Academia Carioca de Letras, da Academia Luso-Brasileira de Letras e do Pen Clube do Brasil. Recebeu o título de Doutor Honoris Causa da Universidade Santa Úrsula, durante as comemorações dos 35 anos da promulgação da Constituição.

Com mais de 60 anos dedicados à vida pública, Bernardo Cabral se destacou pela luta intransigente pelo direito da defesa do Estado Democrático de Direito. Tem dezenas de trabalhos e obras publicadas, dentre os quais *A palavra em ação*, além de incontáveis pareceres jurídicos veiculados em revistas especializadas. Júlio Antônio Lopes, em 2013, lançou o livro biográfico *Bernardo Cabral – Um Estadista da República*.

Casado com Dona Zuleide há quase 70 anos, o casal tem um filho, Júlio Cabral, que foi deputado federal, por Roraima, e atuou como Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas.

Bernardo Cabral sempre foi reconhecido pelo seu perfil conciliador, afável, fraterno, generoso, firme, isento e lúcido; pela capacidade de diálogo que ajudou a construir os caminhos e as pontes da reconstrução democrática do Brasil. Agora, com a fundação da Academia Bernardina, a vida e a obra do jurista estarão devidamente asseguradas para a posteridade.

Paulo Alonso,
jornalista e advogado, é
reitor da Universidade
Santa Úrsula.

Monitor Mercantil



Monitor Mercantil S/A
Rua Márcio Dias, 26 - Centro - CEP 20221-280
Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel: +55 21 3849-6444

Monitor Editora e Gráfica Ltda.
Av. São Gabriel, 149/902 - Itaim - CEP 01435-001
São Paulo - SP - Brasil
Tel.: + 55 11 3165-6192

Diretor Responsável
Marcos Costa de Oliveira

Conselho Editorial
Adhemar Mineiro
José Carlos de Assis
Maurício Dias David
Ranulfo Vidigal Ribeiro

Filiado à

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS

Serviços noticiosos:
Agência Brasil, Agência Xinhua

Empresa jornalística fundada em 1912
monitormercantil.com.br
twitter.com/sigaomonitor
redacao@monitormercantil.com.br
publicidade@monitor.inf.br
monitorsp@monitor.inf.br

Assinatura
Mensal: R\$ 180,00
Plano anual: 12 x R\$ 40,00
Carga tributária aproximada de 14%

As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a opinião deste jornal.

Acesse nossas edições impressas





NOVOS TEMPOS

Bayard Do Coutto Boiteux
professorbayardturismo@gmail.com

Democracia em perigo – 1

Os recentes decretos de Donald Trump (que talvez não consigam ser colocados em prática, pois já estão sendo contestados nos EUA) estão deixando o mundo preocupado. Negar nacionalidade por nascimento no país, dizer que só existem dois gêneros, entre outras aberrações...

Democracia em perigo – 2

Lamentáveis as declarações do novo embaixador dos EUA em Israel de que não há espaço para dois Estados, que os palestinos procurem outro lugar no mundo, e da nova representante na ONU, de que a organização é antissemita. A saída do Acordo de Paris e da OMS, que vai surtir efeitos mais tarde, mostra os primeiros equívocos de relações bilaterais.

Barrados no baile

O representante do ex-presidente Bolsonaro na posse do novo mandatário norte-americano, seu filho, não foi convidado para a área reservada do Capitólio com a esposa do pai. Uma direita brasileira sem o devido prestígio.

Light em foco

Prédio da Rua Aroazes ficou esperando quase 10 horas pela visita da Light para sanar problemas, embora inúmeros chamados tenham sido abertos. Falta gestão em situações emergenciais.

Feijoada de Carnaval dos Embaixadores

Já tem data marcada a badalada feijoada de Carnaval dos Embaixadores de Turismo do RJ. Acontece no dia 3 de março, em conjunto com o Fairmont Copacabana, no Tropic.

A pergunta que não quer calar

O que levou o prefeito do Rio a transferir a Riotur para a Secretaria de Cultura?

Argentinos invadem o Brasil

Com um câmbio favorável, os argentinos voltam ao Brasil em massa no verão. Os preços em Buenos Aires estão fora da realidade: um café com bolo por R\$ 120, um almoço para duas pessoas, R\$ 400...

Técnicas para driblar o calor

Com temperaturas que podem ultrapassar os 50 graus, a Arábia Saudita desenvolve ações para minimizar o calor: pintura refletiva em tetos e paredes externas, fachadas ventiladas e ventiladores de água para espaços abertos. Um bom benchmarking...

Frase da semana

“Não se deixe levar pela opinião alheia. Busque viver com seus valores, metas e desafios. Mostre sempre independência e não esconda sua vontade de viver.” – Bayard Do Coutto Boiteux

Caem preços de batata e laranja, mas cebola, tomate, banana e maçã estão mais caros

O Boletim do Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro (Prohort), divulgado nesta quinta pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), mostra que, em dezembro, houve alta de preços da cebola, cenoura e tomate e baixa da batata.

Ao monitorar os itens de consumo das famílias, a exemplo do que faz quando forma estoques de grãos, a Conab cumpre uma de suas funções básicas, que é a de garantir preços que, ao mesmo tempo, garantam a lucratividade dos produtores e sejam acessíveis aos consumidores.

De acordo com o boletim, a batata vinha apresentando reduções constantes de preço desde julho de 2024. Em novembro, chegou a reagir, apresentando

aumento devido à menor oferta, mas em dezembro os preços praticados voltaram a cair “de maneira significativa”.

“A média ponderada de preço dentre as Ceasas caiu 27,33% em relação à média de novembro. A maior oferta paranaense em dezembro foi a razão da baixa nos preços”, justificou a companhia.

No caso da cebola, a transição da safra no mercado fez com que o produto voltasse a subir após longo período de queda. “Em dezembro, configurou-se a nova distribuição da produção de cebola no país. A partir de então, a Região Sul passou a ser o principal ofertante dos mercados”, explica a Conab.

Pelo segundo mês consecutivo, a cenoura apresentou alta de preços na

maioria das Ceasas. Essa alta se deve, segundo a Conab, a “certa concentração de oferta em Minas Gerais, pois Bahia e Goiás enviaram menores quantidades ao mercado”.

Já o tomate registrou aumento ligeiramente acima de 18% em dezembro, na comparação com novembro, na média ponderada. Segundo a Conab, isso se deve à “oferta abundante” registrada no segundo semestre do ano passado, o que provocou redução de preços, o que, mais recentemente, acabou sendo revertido.

Entre as frutas, a Conab observou alta nos preços da banana, da maçã e da melancia e queda na laranja e mamão.

A banana apresentou cotizações elevadas pela queda da oferta, enquanto a maçã

apresentou alta de preços e queda de comercialização. Os estoques estão praticamente finalizados, e as cotizações acabaram por pressionar alta, apesar da demanda estável e da concorrência com as frutas de fim de ano.

No caso da melancia, foram observadas oscilações das cotizações e queda da comercialização, “em parte por causa da demanda estagnada em alguns centros consumidores devido à presença de chuvas e queda das temperaturas”.

O preço cobrado pela laranja apresentou queda, mas ainda encontra-se elevado. No caso do mamão, foi verificada queda da comercialização nas Ceasas e elevação das cotizações. O resultado decorre, segundo a Conab, de uma queda na colheita das variedades pa-paia e formosa.

Expectativa para o IPCA-15 de janeiro é de -0,02%, com variação em 12 meses de 4,36%

Segundo Andréa Angelo, estrategista de inflação da Warren Investimentos, a expectativa para o IPCA-15 de janeiro, que será divulgado nesta sexta-feira, é de -0,02%, com variação em 12 meses de 4,36%.

“A prévia do número fechado de janeiro deve desacelerar significativamente em relação à última leitura, indicando praticamente uma estabilidade em relação a dezembro. Os itens que mais devem contribuir para esse movimento são a passagem aérea e energia elétrica, cujas variações estimadas por nós são de -8,00% e -15,25% (ante 4,43% e -5,72% na prévia do mês anterior), com maior destaque para o segundo, que deve contribuir com -40 bps

para o número. Esse efeito é decorrente da incidência do desconto do bônus de Itaipu, lembrando que a variação deste item se repete no IPCA de janeiro. O item cigarro, do grupo de despesas pessoais, também deve estar entre os destaques da ponta baixista, com uma variação de -0,15% (ante 12,8% em dezembro).”

Ainda segundo ela, “do lado altista, os riscos estão espalhados entre alguns grupos, sendo eles o de alimentos no domicílio, artigos de residência e saúde e cuidados pessoais. No primeiro, podemos destacar subgrupos de tubérculos, raízes e legumes e frutas. Em relação ao segundo, os aparelhos eletroeletrônicos (eletrodomésticos e equipamentos e TV, som e in-

formática) devem liderar o movimento de alta, que pode ser entendido como um resíduo da volta da queda de preços da Black Friday de 2024. Por fim, dentro do terceiro grupo, o item perfume, de higiene pessoal, e os produtos farmacêuticos devem ser os destaques. Adicionalmente, a gasolina também deve contribuir para cima, saindo de -0,01% para 0,75%, apesar da nossa coleta proprietária apontar para uma variação inferior a esta.”

“Um outro item de importância neste início de ano é o de emplacamento e licença, que reflete a alíquota do IPVA. Para o IPCA-15 de janeiro, estimamos uma variação de 0,15%. Como esta se repetirá ao longo de todo o ano,

a variação projetada por nós para o item ao final de 2025 é de 1,81%. Na parte qualitativa, os serviços subjacentes devem desacelerar em relação ao IPCA-15 de dezembro saindo de 0,71% para 0,62%, muito devido aos itens de cinema, cabeleireiro e barbeiro, aluguel residencial e seguro voluntário de veículo.

Os serviços intensivos em trabalho devem permanecer praticamente estáveis (de 0,56% para 0,55%). Para 2025, projetamos altas de 6,7% e 6,1% para ambos os grupos, respectivamente. Por fim, a nossa projeção de IPCA para 2025 se encontra em 5,4%, com balanço de riscos altista, considerando um câmbio mais elevado e reajustes maiores de energia elétrica.”

Crimes cibernéticos preocupam empresas em 106 países

Quatro em cada 10 empresas apontam os crimes cibernéticos como a principal preocupação pelo quarto ano seguido. Houve aumento da percepção da emergência em relação a esse tema que agora aparece como prioridade para 36% dos empresários. Há 10 anos, esse tipo de risco chamava a atenção de apenas 12% das companhias na maioria dos países. Os dados fazem parte de pesquisa feita pelo grupo Allianz de seguros com 3.778 gestores de risco em 106 países. A pesquisa, nomeada Allianz Risk Barometer (Barômetro de Riscos da Allianz), está em sua 14ª edição.

O estudo ouviu gestores de empresas pequenas, médias e grandes, classificadas de acordo com o orçamento anual de cada uma. Cerca de 40% das respos-

tas chegaram de empresas consideradas grandes, com balanços acima de US\$ 500 milhões; 30% vieram das médias, com balanços entre US\$ 100 e US\$ 500 milhões; e o restante das pequenas empresas, com produção abaixo de US\$ 100 milhões ao ano.

Os crimes cibernéticos, além de ocupar a maior preocupação na média global (38%), também lideram entre as empresas brasileiras. Colômbia, Filipinas, Marrocos e África do Sul também assistiram à emergência desse tema para seu empresariado, com ineditismo. Os pesquisadores atribuem essa mudança aos rápidos avanços das tecnologias de inteligência artificial. As empresas que destacaram o tema, em geral, têm boa parte de seus serviços operando virtualmente, como as do ramo financeiro, de teleco-

municações, de mídia, de tecnologia e ligadas a serviços jurídicos. Indústrias do ramo de aviação, químico e de entretenimento também destacaram o tema.

Em segundo lugar, os gestores apontam a preocupação com a interrupção de negócios, com 31% das citações neste ano e em 2024. Esse risco está relacionado a eventos que podem impactar cadeias de suprimento e comércio global. O tema tem aparecido entre as duas primeiras escolhas dos entrevistados durante a última década de pesquisas, o que reflete eventos como a pandemia de 2020 e as diversas guerras que ocorreram, e foi a principal causa de alarde na região do litoral Pacífico da Ásia, inclusive para a China.

Nas Américas, empresários do México, com forte fluxo portuário, também

elegeram o tema como sensível, seguido de perto pelas catástrofes naturais. A interrupção de negócios afeta principalmente as áreas de energia, transportes, fábricas (pesadas e de montagem), alimentação e o setor hoteleiro. Para os pesquisadores, o temor é motivado principalmente pelos prazos muito curtos e forte competição entre empresas, além da necessidade de respostas rápidas e integradas em nível global.

O terceiro fator de risco, com prioridade para 31% dos entrevistados nesta edição ante 26% na pesquisa anterior, são as catástrofes naturais, como inundações, grandes incêndios e eventos correlatos, mas não tão distantes da quinta posição, onde estão as mudanças climáticas, com 19% das citações em 2025 e 18% no ano passado.

DECISÕES ECONÔMICAS



Sidnei Domingues Sérgio Braga

sergiocpb@gmail.com



Deputado Filipe Poubel



Deputada Índia Armelau

Alerj analisa campanha para educação no trânsito

Alerj analisa uma campanha educacional voltada para motoristas e pedestres com o objetivo de reduzir acidentes com vítimas em vias sem sinal de trânsito no Estado do Rio de Janeiro. A proposta para a realização da campanha partiu dos deputados Índia Armelau e Filipe Poubel, ambos do PL. O título sugerido para a campanha é “Pé na faixa, pedestre seguro”.

Deputados estaduais de direita aplaudem Trump

Os deputados estaduais que fazem questão de afirmar que são de direita vibraram com a posse do presidente Donald Trump e o anúncio do fim da “agenda woke” nos Estados Unidos e que vai “acabar com as políticas de gênero”. Thiago Gagliasso (PL), Renan Jordy (PL), Alan Lopes (PL) e Rodrigo Amorim (União), aplaudiram a decisão do presidente norte-americano. Márcio Gualberto (PL) e Filipe Poubel (PL) também aprovaram. Pena que Trump nem sabe da existência de todos eles.



Deputado Rafael Nobre

Limpeza de rio

Graças a uma indicação legislativa do deputado Rafael Nobre (União), o Instituto Estadual do Ambiente (Inea) iniciou o processo de desassoreamento do Rio Sarapuí em toda sua extensão, entre os municípios de Nilópolis e Mesquita. A iniciativa é coordenada pela Secretaria de Meio Ambiente do estado.

R\$ 2 mi para saúde e segurança em Campos

O deputado Thiago Rangel (PMB) solicitou, por meio de emendas na Lei Orçamentária Anual (LOA 2025), investimento de R\$ 2 milhões no município de Campos dos Goytacazes. Desse valor, R\$ 1 milhão será para a Polícia Militar e R\$ 1 milhão para a Secretaria Municipal de Saúde. O dinheiro será usado para compra de viaturas para a PM e apoio ao Hospital Regional Ferreira Machado.

Acúmulo de vetos

O Congresso Nacional retoma os trabalhos em fevereiro com 55 vetos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que estão pendentes de análise. O ano se inicia com o maior acúmulo de vetos pelo menos desde 2018. Nem a soma dos vetos nessas condições em 2024 e 2023 (51) chega à quantidade de 2025.

Com imposto de 51,70%, caneta é um dos itens mais caros no kit escolar

Alta carga tributária sobre diversos itens escolares, como canetas (51,70%) e régua (43,91%), conforme dados do Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT), torna a pesquisa por preços e qualidade mais decisiva antes das compras, sendo essa, essencial para otimizar os gastos e garantir a melhor relação custo-benefício.

O presidente-executivo do IBPT, João Eloi Olenike, explica que esses produtos (materiais escolares), por serem essenciais à população e incluídos nos direitos à educação, previstos na Constituição da República, deveriam ter uma tributação menor e, consequentemente, preços mais acessíveis à população.

“Entendemos que, dada a sua importância para os brasileiros, poderiam até ser contemplados com imunidade tributária. Outro ponto é que a educação deveria ter um retorno melhor, em relação à qualidade dos serviços públicos aos cidadãos, como

um retorno de um melhor bem-estar para a sociedade, diante de tantos tributos pagos. No entanto, infelizmente, na realidade, não é o que acontece. Além do que, é um dos itens que mais causam impacto no orçamento familiar”, comenta.

Outros itens que sofrem com a alta taxa, segundo a tabela do instituto são a agenda escolar (42,34%), lancheiras (40,72%), pastas plásticas (41,68%), seguidos pela borracha (39,52%), lápis (36,5%), cola (36,26%), caderno (34,58%) entre outros de tamanha importância no kit de estudos.

Pensando na incidência de valores altos que os brasileiros devem enfrentar na compra de materiais e, também, associando ao período de janeiro que é dividido por outros pagamentos como IPTU, IPTU e as contas típicas do lar, Olenike recomenda que, antes de sair às compras, é preciso pesquisar os melhores preços e, consequentemente, confrontar a qualidade dos produtos.

“Nós vimos que a carga tributária vai estar presente em todos eles, sendo que em alguns itens ela equivale a mais da metade do preço do produto, como a caneta, que tem 51,70% de impostos e a régua com 43,91%, com quase metade do preço em tributos. É necessário um olhar redobrado dos melhores lugares e ofertas”, finaliza.

Já levantamento realizado pela Associação Comercial de São Paulo (ACSP), com base nos dados do Impositômetro, revela a alta carga tributária em itens da lista de material escolar. Em alguns casos, o imposto equivale a até 52% do valor do produto.

A alta tributação, de acordo com a análise do economista Ulisses Ruiz de Gamboa, do Instituto de Economia Gastão Vidigal (IEGV), da ACSP, encarece não apenas os produtos, mas toda a cadeia educacional.

No ranking de itens escolares com maior incidência de tributação, a caneta é a campeã. O contribuinte pa-

ga o equivalente a 51,7% em impostos. A lista segue com calculadora (43,43%), régua (43,91%), tesoura (41,47%) e caderno (34,58%) entre os materiais com alto índice de tributos.

Comparando com o ano anterior, a caneta permaneceu como o item com maior tributação (51,7%). Apesar da alta carga tributária dos materiais escolares, na média, houve uma leve redução das taxas de impostos, basicamente devido a algumas desonerações.

Para dar conta da lista de exigências das instituições de ensino, os pais devem fazer uma pesquisa de mercado minuciosa e comparar os preços a fim de minimizar os custos, aconselha o economista da ACSP, Ruiz de Gamboa. Além disso, o economista recomenda que os pais e responsáveis se antecipem e façam as compras antes mesmo de receberem a lista de material escolar, como uma estratégia para evitar descompassos no orçamento.

País realizou 96,55 milhões de trocas de prestadora desde 2008

Há 16 anos, no Brasil, usuários de telefonia móvel e fixa podem migrar de prestadora sem alterar o número de identificação dos acessos. Nesse período, 96,55 milhões de transferências foram realizadas.

De acordo com o relatório trimestral da Associação Brasileira de Recursos em Telecomunicações (ABR Telecom), entidade administradora do serviço no Brasil, desde setembro de 2008, quando o serviço

passou a ser oferecido no país, até o dia 31 de dezembro de 2024, foram efetuadas 23,83 milhões (25%) de migrações por usuários de telefones fixos e 72,72 milhões (75%) a partir de iniciativa de titulares de números de terminais móveis.

A portabilidade numérica começou a ser implantada gradativamente nos 67 DDDs em operação no país a partir de setembro de 2008.

No Rio de Janeiro, desde que a portabilidade numérica foi implementada, a

partir de setembro de 2008, até o dia 31 de dezembro de 2024, foram realizadas 12,24 milhões transferências entre prestadoras. Dessas, 2,93 milhões (24%) para usuários de telefones fixos e 9,31 milhões (76%) de telefones móveis.

Durante o quarto trimestre de 2024 - de outubro a dezembro - em todo o território nacional, 1,69 milhão de portabilidades numéricas foram concluídas. As solicitações para transferências de prestadoras de telefones

fixos respondem por 396,63 mil (23%) e as trocas no serviço móvel por 1,30 milhão (77%).

No Rio de Janeiro, entre outubro e dezembro de 2024, foram realizadas 178,11 mil migrações entre prestadoras de serviços telefônicos. As solicitações de usuários de telefones fixos, nessas transferências, respondem por 29,07 mil migrações (16%) e as demandas realizadas no serviço móvel por 149,03 mil (84%).

‘Brasil precisa de planejamento para atrair mais turistas estrangeiros’

Nos últimos momentos de 2024, o turismo brasileiro celebrou a marca histórica de 6,65 milhões de visitantes internacionais que estiveram no país ao longo do ano, segundo dados oficiais. Até então, o recorde tinha sido registrado em 2018, quando foram 6,62 milhões de chegadas. Na leitura da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (Fecomércio-SP), esse é, de fato, um dado a ser comemorado. Contudo, uma análise mais aprofundada revela que ainda há muito o que se fazer para elevar o status do setor do Brasil perante o mundo.

Em primeiro lugar, porque a marca de 6 milhões de turistas internacionais tem se mantido constante desde, pelo menos, 2015 - exceto nos anos da pandemia.

Assim, se esse é um número relevante, também demarca a necessidade de ajustes nas políticas públicas no campo do turismo para ir além desse dado já consolidado há pelo menos uma década. Sem considerar que, desses 6,65 milhões, pelo menos 10% são de brasileiros e brasileiras com cidadanias de países do exterior que voltaram ao país.

Em segundo lugar, o turismo brasileiro ainda é fortemente dependente de uma sazonalidade típica de países como o nosso, além de ser extremamente concentrado. É assim que as informações da Embratur revelam que o grosso das visitas internacionais aconteceram entre dezembro de 2023 e março de 2024, no verão do Hemisfério Sul, e que oito em cada 10 dessas visitas (80%) foram registradas em aeroportos

de São Paulo ou do Rio de Janeiro.

Segundo a Fecomércio-SP, debruçar-se sobre essas variantes é perceber que os números estão abaixo do potencial do Brasil no campo turístico. O país não apenas tem estrutura em várias regiões, como as capitais do Nordeste ou as cidades do interior que se dedicam ao turismo rural, como pode oferecer atividades em todas as épocas do ano - desde que sejam devidamente atendidas por iniciativas públicas e por medidas que ajudem o empresário do setor a investir nos negócios.

“Há ainda a barreira estrutural, que se liga, justamente, à análise anterior. Muitos locais ainda não oferecem acesso constante à internet, enquanto algumas cidades que atraem mais turistas no exterior têm sido cada vez mais ligadas à

violência, como o caso do Rio de Janeiro. É por isso que, mesmo com o real em desvalorização desde o fim do ano passado, que favorece a presença de visitantes que usam o dólar ou o euro, o fluxo de turistas não aumentou muito até agora. Tudo isso sem contar a própria falta de estratégia do governo, que restabeleceu a exigência de vistos para pessoas que chegam de países relevantes para diversificar os fluxos do nosso Turismo - e com moedas mais valorizadas -, como EUA, Canadá e Austrália. A medida vai na contramão do que deveria ser feito: estimulá-los a vir mais ao Brasil. Nesse caso, a Fecomércio-SP está trabalhando ativamente com as autoridades para impedir que a decisão, marcada para entrar em vigor em abril, prospere até lá”, diz a entidade.

Contas públicas: avaliação sobre 2024 e perspectivas para 2025

Por Jorge Priori

Conversamos com Murilo Viana, consultor e especialista em contas públicas, sobre o desempenho das contas públicas em 2024 e as suas perspectivas para 2025. Cabe ressaltar que, por mais que a conversa tenha sido sobre as dinâmicas das contas públicas, o resultado do Tesouro Nacional de dez/2024, e que fecha o ano, será divulgado em fev/2025.

Qual a sua avaliação sobre o desempenho das contas públicas do Governo Federal em 2024?

Em 2024, o resultado fiscal indica que as contas públicas fecharam melhor do que era esperado pelo mercado, mas ainda com um déficit primário e com a explosão do pagamento de juros contratado no final do ano por causa da forte desvalorização cambial, do impacto da inflação e da política de juros do Banco Central (BC). Além do resultado primário ter sido negativo, o gap requerido do primário para estabilizar a razão Dívida/PIB se tornou muito mais significativo.

Qual a perspectiva das contas públicas para 2025?

Antes de mais nada, é preciso ter noção de que 2025 começou antes da virada do ano, mais precisamente em novembro, quando a eleição nos Estados Unidos foi decidida e nós tivemos no Brasil a confusão em relação ao anúncio das medidas fiscais que acabaram sendo casadas com o anúncio da isenção do Imposto de Renda até R\$ 5 mil, o que caiu como uma bomba no mercado e impactou os preços dos ativos, a expectativa de inflação e o câmbio. O real perdeu muito valor

frente ao dólar e gerou uma percepção de grande vulnerabilidade da economia brasileira em relação às incertezas internacionais e a um contexto macroeconômico difícil.

Pode até parecer contraditório, mas se olharmos os indicadores macro de 2024, nós tivemos um forte crescimento do PIB, desemprego baixo e uma inflação próxima a 5%, que é elevada, mas que pelo histórico do Brasil não é tão elevada assim, mas as perspectivas para 2025 já indicam um contexto onde a inflação pode ficar acima do teto da meta, o que pressiona o BC e as expectativas, sobretudo com a forte desvalorização do câmbio, além do descolamento da inflação para 2026. Pressionado, o BC respondeu, fortemente, com o anúncio da subida de juros e com a contratação de novos incrementos. Como a expectativa da Selic subiu para a casa dos 15%, em um cenário com uma inflação de 5%, 5,5%, nós estamos falando de uma Selic real bastante significativa, sendo que boa parte da dívida pública brasileira recebe a incidência de uma taxa próxima à Selic.

Dessa forma, embora o resultado primário de 2024 sinalize algo próximo a zero, o resultado requerido para levar a estabilização da dívida tem que ser muito maior, na casa dos 2%, 2,5%, dependendo da taxa de crescimento da economia e da sua capacidade de continuar acelerando, onde a capacidade ociosa, tanto de mão de obra, quanto de muitos setores empresariais, se torna limitada sem um ganho significativo de produtividade. Aqui, nós voltamos para a histórica questão de estagnação da produtividade, que é o que conseguiria mover de fato uma forte expansão da renda per capita no Brasil para

levar a convergência para os países desenvolvidos. Infelizmente, isso passa longe da nossa realidade, pelo menos desde os anos 80.

Qual a sua avaliação sobre o resultado primário do Governo Federal?

Na passagem de 2022 para 2023, o governo fez uma forte expansão fiscal com a PEC da Transição, que expandiu as despesas em mais de R\$ 160 bilhões de reais por causa do Bolsa Família turbinado de R\$ 600, que já estava contratado, da recomposição de orçamento dos Ministérios e, não podemos nos esquecer, da queda de braço com o poder legislativo e o seu olhar insaciável para criar espaço para as emendas parlamentares.

Hoje, o governo central possui uma dificuldade muito grande para viabilizar um cenário de sustentabilidade das contas públicas, uma vez que o espaço das despesas discricionárias, as despesas que o governo consegue contingenciar e moldar através de políticas públicas, está cada vez mais curto. Já as despesas obrigatórias, como previdenciárias e salários, que independem do governo de plantão, e que são rígidas, têm crescido em um ritmo bastante acelerado, em parte por causa do próprio processo de envelhecimento da população, que acaba impactando as despesas previdenciárias, mas também por causa de políticas do atual governo, que acabou assumindo o compromisso de valorização real do salário mínimo.

Essa pauta é legítima, e o governo foi eleito com essa bandeira, mas existe uma questão matemática. Essa forma de valorização impacta diversas despesas obrigatórias do governo que são vinculadas ao mínimo,



Murilo Viana

o que fez com que muitas despesas obrigatórias, que já pesavam no orçamento, passassem a acelerar.

Junto com isso, vale lembrar, nós tivemos o fim do teto de gasto implementado em 2016, o que levou a mudança nos indexadores dos gastos mínimos com saúde e educação. Novamente, essas despesas são legítimas, mas o governo tem que dar um endereçamento sobre a forma como vai acomodá-las dentro do orçamento. Isso porque existe a sinalização clara por parte da sociedade e do Congresso de que não há espaço para um aumento substancial de carga tributária. A própria reforma tributária limitou a capacidade de aumento de carga de duas formas. Primeiro, o Congresso limitou a nova arrecadação à arrecadação atual, e, segundo, a União possui tributos, como PIS, Cofins e IPI, que estão com os dias contados, o que vai fazer com que o governo perca a capacidade de manuseio desses tributos. Por exemplo, na crise fiscal do Governo FHC, houve um aumento substancial de carga tributária e esses tributos, muitas vezes, foram utilizados para expandir a arrecadação. Até

mesmo porque como o PIS e a Cofins são contribuições, eles não têm partilha com estados e municípios.

A discussão sobre as contas públicas do Governo Federal não está excessivamente focada no resultado primário, quando ela deveria estar focada no resultado nominal?

Aqui nós temos uma questão interessante. O Arcabouço Fiscal não deve existir por si só. A sua finalidade é ancorar as expectativas em relação à capacidade de condução da política fiscal dentro do tripé macroeconômico praticado desde 1999, composto pelos regimes de câmbio flutuante, ainda que seja uma flutuação suja, uma vez que os bancos centrais devem atuar para evitar movimentos especulativos, de meta de inflação e de superávits primários.

Nesse contexto, o resultado primário é tido como o esforço fiscal necessário para se levar a estabilização da relação Dívida/PIB. Para 2025, como o Brasil possui um cenário com uma Selic batendo em 15%, se a inflação for 5%, nós estamos falando de um juro real de

10%, o que é muito elevado e impacta a dinâmica da dívida. Isso porque o Brasil possui um estoque de dívida bastante elevado que é corrigido por uma taxa de juros muito expressiva.

Por mais que o PIB tenha surpreendido em 2024, ele tem, muito provavelmente, uma trajetória de arrefecimento em 2025, em vista do cenário bastante desafiador, tanto nas frentes internacional quanto doméstica. Isso faz com que o país tenha contratado um processo de expansão da relação Dívida/PIB, em parte por causa do resultado primário negativo, mas em grande medida por causa da forte expansão do pagamento de juro real.

É por isso que nós temos que olhar o que está levando a essa expansão do juro real para que se possa cumprir a própria finalidade do Arcabouço Fiscal. Ou seja, a própria credibilidade do governo depende da ancoragem de juros sobre a dívida pública, mas isso não é nem um pouco trivial.

Leia a entrevista completa em monitormercantil.com.br/contas-publicas-avaliacao-so-bre-2024-e-perspectivas-para-2025

Assine o jornal

Monitor Mercantil



(21) 3849-6444

